



## PRÉ-PROJETO

**Processo nº:** 10700.0073545.2023

**Responsável:** Caio Buarque

**Tema Geral:** Parceria Público-Privada voltada ao escopo de Cidade Inteligente.

**Título:** Maceió Inteligente

### 1. OBJETO

Parceria Público-Privada para Implantação, Operação e Manutenção de Sistema de Georreferenciamento de ativos municipais, Implantação, Eficientização, Operação e Manutenção da Iluminação Pública, Implantação, Operação e Manutenção da Infraestrutura de Telecomunicações, Usina Fotovoltaica e Videomonitoramento.

### 2. LOCAL

O projeto tem como escopo a implantação, eficientização, operação e manutenção do georreferenciamento e do parque de iluminação Pública de todo o território do município; implantação, operação e manutenção da infraestrutura de Telecomunicações abrangendo todos os prédios públicos com internet de fibra óptica, e videomonitoramento e Wi-fi pública atingindo todas as áreas do município. Por fim, a instalação de uma Usina Fotovoltaica prevista de implantação no antigo lixão.



Área Total do Terreno: 26.049.039m<sup>2</sup>



### 3. CARACTERÍSTICAS

Objeto	Escopo
Iluminação Pública	78.270 pontos de iluminação pública
Infraestrutura de Telecomunicação	Edificações Públicas: 334 unidades
	Videomonitoramento: 400 câmeras
	Wi-Fi Público: 335 pontos
Usina Fotovoltaica	Produção energética a definir
Georreferenciamento	Mapear os ativos municipais, possibilitando uma melhor gestão urbana/territorial, inclusive, com aumento de arrecadação, entre outros avanços, como, por exemplo, remodelagem das rotas de transporte escolar com percursos menores e mais racionais.

### 4. PREVISÃO NO PPA

O PPA compreende em um planejamento o qual possui diretrizes e metas do âmbito governamental mediante a dispêndios de capital e programas públicos. No caso do Plano Plurianual, é observável que o Projeto de Cidade Inteligente tem sua despesa compatível com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas definidas pelo Plano Plurianual do quadriênio de 2022 a 2025. Logo, operação e manutenção da iluminação pública, implantação, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e usina fotovoltaica fazem parte dos programas 0011 – MACEIÓ BEM CUIDADA e 0047 – AMPLIAR E MELHORAR SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO apresentados no PPA do Município de Maceió.

### 5. MODALIDADE DA CONCESSÃO

O Projeto tem como objetivo a concessão dos serviços de Eficientização, Operação e Manutenção da Iluminação Pública, Implantação, Operação e Manutenção da Infraestrutura de Telecomunicações e Usina Fotovoltaica por meio das Parcerias



Público–Privadas (PPP). Disciplinadas pela Lei Federal nº 11.079/04, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito de todos os entes federativos, contando ainda com aplicação subsidiária da norma geral de licitações, Lei Federal nº 8.666/93.

As PPPs são caracterizadas por seus contratos de longo prazo formalizados entre empresas privadas e o ente público, envolvendo, necessariamente, a prestação de serviços públicos à Administração Pública e adicionalmente, a execução, implementação ou gestão de obras e serviços de interesse público, diferenciando-se dos contratos de concessão comum, notadamente pela forma de remuneração ao ente privado, pois na parceria público-privada a Concessionária recebe a contraprestação pecuniária diretamente do Poder Concedente, sem a vinculação integral e restrita do usuário pagador de tarifas como elemento imprescindível ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **6. DISTRIBUIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES**

Atribuições do poder privado na execução do empreendimento: elaboração do Projeto Básico ou Executivo de engenharia; assumir responsabilidade do Parque de Iluminação Pública; captação dos recursos para a contratação das obras/equipamentos; realização dos procedimentos licitatórios para contratação de obras civis, sistemas e equipamentos; obras, operação e manutenção de todo o escopo do projeto.

Atribuições do poder público na execução do empreendimento: o Município transfere a responsabilidade de execução dos serviços ao poder privado, não dependendo de infraestrutura e conhecimento técnico próprio para a realização, tampouco manutenção dos serviços, pois isso ficará a cargo da Concessionária. Dessa forma, fica de responsabilidade do poder público a determinação do escopo a ser considerado na infraestrutura de telecomunicação e unidades consumidoras a serem consideradas para a produção energética da usina fotovoltaica. Por fim, pagamento das contraprestações mensais e acompanhamento da verificação da qualidade dos serviços prestados pelo setor privado.



## 7. DEMAIS ELEMENTOS RELEVANTES

SECRETARIA RESPONSÁVEL	Secretaria Municipal de Ações Estratégicas e Integração Metropolitana - SEMAEMI
STATUS DO PROJETO	Pré-projeto
DOCUMENTOS	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Jurídica e Ambiental e Modelagem Contratual e Licitatória
MODELO	A definir
CAPEX	A definir
OPEX	A definir
ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	ILUMINA, SEDICTI e SEMSC
PRAZO	25 anos
OUTORGA	A definir
CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL	A definir

## 8. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do projeto justifica-se na entrega de soluções inovadoras capazes de agilizar a resposta do governo às demandas públicas, na perspectiva de harmonizar o desenvolvimento econômico e social dentro de um modelo orientado para a sustentabilidade. O atual contexto das cidades, no qual percebe-se um aumento das demandas energéticas, paralelamente às limitações de recursos e agravos das intervenções ambientais, busca por alternativas mais sustentáveis e eficientes na provisão dos serviços públicos.

À medida que o padrão de qualidade que se espera desses serviços públicos aumenta, como deve ocorrer inevitavelmente numa sociedade progressista, os governos tornam-se cada vez mais responsivos na consecução de suas propostas. Isso representa uma necessidade dos dirigentes políticos em se adequar ao contexto e direcionar as políticas de maneira efetiva às novas realidades.



Nesse sentido, o Município de Maceió é chamado à melhoria da Iluminação Pública, a partir da substituição de luminárias de alto consumo energético por luminárias mais econômicas e de maior potência luminosa, capazes de oferecer conforto visual aos cidadãos e reduzir o custo da Administração Pública com esse serviço. Também há previsão da instalação de infraestrutura de Telecomunicações para melhorar o acesso à internet nas edificações públicas e democratizar esse acesso nos espaços de convívio do município. Além disso, a previsão de construção de Usina Fotovoltaica propõe a geração de energia limpa e sustentável e o abatimento do consumo da Administração Pública, através do sistema de Geração Distribuída.

Tendo em vista a conclusão de levantamento de dados iniciais, entende-se ser possível que o mesmo siga para aprovação do conselho, para que seja possível a continuidade dos estudos e levantamento de dados.

Maceió/AL, 07 de julho de 2023.

**Caio Buarque**

Subsecretário de Parcerias